



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

INSTRUÇÃO Nº 2559

Dispõe sobre procedimentos para a tramitação de denúncias e de processo Ético-Disciplinar no Crea-SP.

O Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o disposto na alínea "k" do artigo 34, e nos artigos 45 e 46 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO o Regulamento para a condução do processo Ético-Disciplinar aprovado pela Resolução nº 1.004, de 27 de junho de 2003, do Confea,

CONSIDERANDO a Resolução nº 1.008, de 09 de dezembro de 2004, do Confea, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades;

CONSIDERANDO a Instrução 2.494, de 28 de agosto de 2009, do Crea-SP, que dispõe sobre a uniformização de abertura, tramitação e instrução de processos de ordens diversas;

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos para Condução de Processos de Ética Profissional, aprovado pela Decisão Normativa nº 94, de 31 de julho de 2012, do Confea,

RESOLVE:

Art. 1º A denúncia, protocolada nas Unidades de Atendimento do Crea-SP, será acolhida quando formulada, por escrito, apresentada pelos instrumentos relacionados no artigo 7º do anexo da Resolução 1.004/03 e no artigo 2º da Resolução nº 1.008/04, ambas do Confea, conforme segue:

I - se pessoa física deve conter: o nome, o número do CPF, o número do RG (contendo o órgão emissor) e o endereço para o recebimento de comunicações;

II - se pessoa jurídica deve conter: o número do CNPJ, a identificação do representante legal, a assinatura, a data e o endereço para o recebimento de comunicações;

III - a denúncia apresentada, por procurador, deverá estar acompanhada da respectiva procuração com firma reconhecida, outorgando-lhe poderes específicos para denunciar;

IV - a denúncia deverá conter provas circunstanciais ou elementos comprobatórios do fato denunciado.

§1º A denúncia anônima poderá ser acolhida, verbalmente ou por escrito, e será recebida pelo Crea, desde que contenha descrição detalhada dos fatos, apresentação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

elementos e, quando for o caso, provas circunstanciais que configurem infração à legislação profissional.

§2º A denúncia anônima será encaminhada à Unidade de Fiscalização do local da pressuposta infração para verificação dos fatos nela contidos.

§3º Outras Unidades, quando receberem a denúncia, deverão protocolá-la e encaminhá-la a uma Unidade de Atendimento do Crea-SP que procederá a análise quanto às exigências para o acolhimento.

Art. 2º Caso a denúncia protocolada não atenda ao disposto no artigo anterior, a Unidade de Atendimento receptora deverá comunicar ao denunciante quanto às exigências que devem ser atendidas para o seu recebimento, concedendo-se o prazo de dez dias, sob pena de indeferimento e arquivamento do inicialmente protocolado, conforme **Modelo nº 01** desta Instrução.

Art. 3º Atendendo a todos os requisitos anteriores, a denúncia será recebida pela respectiva Unidade de Atendimento do Crea-SP.

Art. 4º A denúncia será tratada pela Unidade de Atendimento do Crea-SP em procedimento de apuração de denúncia por meio de processo de ordem "SF", tendo por interessado o denunciado ou quando este for desconhecido, o Crea-SP e por assunto "Análise Preliminar de Denúncia".

Art. 5º A denúncia que mencione um ou mais profissionais, do Sistema Confea/Crea, será tratada pela Unidade de Atendimento do Crea-SP em procedimento de apuração de denúncia por meio de processo de ordem SF, que deve atender o que segue:

I – ao(s) denunciado(s) deverá(ão) ser encaminhado(s) ofício(s), com Aviso de Recebimento – AR, informando-o(s) sobre a instauração de procedimento de apuração de denúncia, contendo cópia da denúncia, bem como do prazo para manifestação de dez dias, contados a partir do recebimento do mesmo, destacando que o não atendimento à notificação não impedirá o prosseguimento do processo;

II - ao denunciante deverá ser enviado ofício informando-o da instauração do processo administrativo, com Aviso de Recebimento – AR.

§1º Os ofícios mencionados nos incisos I e II poderão ser entregues por servidor do Conselho, mediante recibo assinado.

§2º O comprovante do recebimento do ofício, AR ou recibo devidamente assinado, deve ser anexado ao processo, com registro da data de sua juntada, por servidor devidamente identificado.

Art. 6º A denúncia recebida que não mencione profissional(is) do Sistema Confea/Crea será encaminhada à área de fiscalização, para as diligências necessárias à apuração dos fatos e, posteriormente, encaminhada à Câmara Especializada da respectiva modalidade da atividade, objeto da denúncia, para análise e manifestação.

Art. 7º No caso de denúncia oriunda de documentos ou elementos constantes em arquivos do Conselho, incluindo-se os processos abertos com outras finalidades, as providências a serem adotadas serão determinadas pelas Câmaras Especializadas, respeitadas as normas vigentes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Art. 8º A denúncia recebida, oriunda de qualquer instância ou esfera do Poder Judiciário e/ou Ministério Público, deverá ser acolhida, protocolada e terá o mesmo tratamento aplicado às demais denúncias consideradas nesta Instrução.

Art. 9º Com o processo de "Análise Preliminar de Denúncia" instaurado, este deverá ser instruído pela Unidade de Atendimento do Crea-SP com informações de arquivo existente, o nome dos envolvidos, mediante a pesquisa constando os dados relativos à regularidade de registro no Conselho, responsabilidade técnica por pessoa jurídica, atribuições profissionais, existência de outros processos em trâmite perante este Conselho e caso a denúncia envolva ato profissional referente a serviços e/ou obras, também anexar informações quanto ao registro da respectiva ART.

Art. 10. À formação e à instrução dos autos do processo deverá ser observado o fiel cumprimento nas peças processuais da Instrução 2494/09 do Crea-SP ou a que vier a substituí-la, bem como:

I - da ordem cronológica da documentação apresentada e das demais adicionadas ao longo de seu trâmite;

II - da numeração sequencial das folhas com a respectiva identificação do servidor do Crea-SP, contendo o seu nome e número de registro funcional;

III - nas informações prestadas ou anexadas, bem como nas manifestações emitidas, devidamente datadas, deverão constar a identificação do servidor com o respectivo nome e número de registro funcional;

IV - da proibição da juntada em processo de documentos em *fac-símile*, devendo ser procedida a reprodução dos mesmos por meio de cópias.

V - da juntada de cópias reprográficas legíveis, devendo ser autenticadas em cartório ou pelo próprio Crea-SP, com a completa identificação do funcionário responsável;

VI - da correta juntada e identificação de peças processuais oriundas de outros processos;

VII - da correta juntada de documentos, de tal forma que possibilite o manuseio e a leitura do conteúdo dos mesmos;

VIII - da abertura de tantos volumes do processo instaurado quantos forem necessários, contendo até duzentas folhas por volume.

Art. 11. Recebido o processo na câmara especializada, da modalidade do denunciado, esta terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para proceder a Análise Preliminar de Denúncia - APD, podendo o Coordenador designar relator para tal, que atenderá ao que segue:

§1º Verificará quanto aos indícios de falta ética, ou de infração à Legislação Profissional, nesse último caso o processo obedecerá aos procedimentos dispostos na Resolução nº 1.008/04 - Confea.

§2º Se concluir pela existência de indícios de infração ao Código de Ética Profissional, o relatório fundamentado da Análise Preliminar de Denúncia deverá:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

I - indicar o profissional denunciado, cuja conduta deva ser apurada;

II - estabelecer a conduta antiética, a ser apurada;

III - relacionar o correspondente preceito tipificado no Código de Ética Profissional, relacionado à referida conduta.

§3º Se o profissional, objeto da denúncia, for detentor de mais de um título, o processo será encaminhado à Câmara Especializada da área em que estiver enquadrada a atividade desenvolvida pelo profissional, no caso apresentado.

Art. 12. Não acatada a denúncia pela Câmara Especializada, o processo será restituído pelo Departamento de Apoio ao Colegiado – DAC à Unidade de Atendimento do Crea-SP, onde foi instaurado, conforme **Modelo nº 2** desta Instrução, para dar conhecimento da decisão às partes interessadas, com Aviso de Recebimento – AR, conforme **Modelo nº 3** desta Instrução.

Parágrafo único. Da decisão de não acatamento da denúncia pela Câmara Especializada caberá recurso ao Plenário do Crea-SP.

Art. 13. Entendida a denúncia como possível falta ética pela Câmara Especializada, o processo será restituído pelo Departamento de Apoio ao Colegiado – DAC à Unidade de Atendimento do Crea-SP, onde foi instaurado, para o atendimento do que segue:

I - a transformação em processo de ordem “E”, tendo por assunto “Apuração de Falta Ética Disciplinar” e como interessado o nome e título do profissional denunciado.

II – o envio de ofício às partes interessadas com cópia do relatório e da decisão referente à Análise Preliminar da Denúncia – APD, bem como, informando-as sobre a remessa do processo à Comissão de Ética Profissional, conforme **Modelo nº4** desta Instrução.

a) o ofício será enviado com Aviso de Recebimento – AR;

b) o ofício poderá ser entregue por servidor do Conselho, mediante recibo assinado;

c) o comprovante do recebimento do ofício, AR ou recibo devidamente assinado, deve ser anexado ao processo, com registro da data de sua juntada, por servidor devidamente identificado.

III - Após a transformação do processo em outro de ordem “E” e juntados os comprovantes de envio dos ofícios às partes, o processo será encaminhado à Comissão de Ética Profissional para instrução;

IV - Não sendo encontradas as partes, a Unidade de Atendimento, antes do envio do processo à Comissão Permanente de Ética, providenciará a minuta de intimação por edital, conforme **Modelo nº 5** desta Instrução, e a encaminhará juntamente com processo para a Secretaria Geral da Presidência, devidamente instruído para análise, inclusive para a definição da área de abrangência a ser coberta pela publicação;

V – Após a publicação, o processo deverá ser encaminhado à Comissão de Ética Profissional contendo a informação sobre a data da efetiva publicação do edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Art. 14. O processo de Apuração de Falta Ética Disciplinar deverá tramitar em caráter reservado e a ele somente terão acesso o Conselho, as partes envolvidas e os seus procuradores legalmente constituídos nos autos.

Art. 15. A instrução do processo pela Comissão de Ética Profissional deverá seguir o disposto nos artigos 15 a 27, do Regulamento para a Condução do Processo Ético-Disciplinar do anexo da Resolução nº 1.004/2003, do Confea, bem como, no que couber ao Manual de Procedimentos para Condução de Processos de Ética Profissional aprovado pela Decisão Normativa nº 94, de 31 de julho de 2012, do Confea.

Parágrafo único. As providências administrativas a serem adotadas por determinação da Comissão de Ética Profissional, para a realização das oitivas fora da Sede, serão tomadas celeremente pelas unidades de atendimento do Crea-SP.

Art. 16. Encerrada a instrução do processo, a Comissão de Ética Profissional emitirá seu relatório conclusivo, de acordo com o Código de Ética Profissional aprovado pelas Resoluções nº 205/1971 ou nº 1002/2002, do Confea, conforme o caso, e emitirá deliberação com o enquadramento da falta ética apurada, se concluído como tal.

Art. 17. A Câmara Especializada proferirá decisão quanto ao relatório apresentado, pela Comissão de Ética Profissional, pautando-o na primeira reunião após o recebimento do processo.

Art. 18. Após a decisão proferida pela Câmara Especializada, o Departamento de Apoio ao Colegiado - DAC providenciará o atendimento do que segue:

I – envio de ofício às partes, contendo informação quanto ao prazo de 10 (dez) dias, para que caso queiram, apresentem manifestação quanto ao teor do relatório conclusivo, anexando cópia da decisão da Câmara Especializada, e do relatório conclusivo e deliberação da Comissão de Ética Profissional, observando:

a) o Aviso de Recebimento – AR;

b) a sua entrega por servidor do Conselho;

c) o comprovante do recebimento do ofício, AR ou recibo devidamente assinado, deve ser anexado ao processo, com registro da data de sua juntada, por servidor devidamente identificado.

II - não sendo encontradas as partes, o Departamento de Apoio ao Colegiado - DAC providenciará a minuta de intimação por edital, conforme **Modelo nº 6** desta Instrução, e a encaminhará juntamente com processo para a Secretaria Geral da Presidência, devidamente instruído para análise, inclusive para a definição da área de abrangência a ser coberta pela publicação.

Parágrafo único. Após a publicação, o processo deverá ser devolvido ao Departamento de Apoio ao Colegiado – DAC contendo a informação sobre a data da efetiva publicação do edital.

Art. 19. O prazo para manifestação estabelecido no inciso I do art. 18 atenderá ao que segue:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

I - será contado da data da juntada ao processo do Aviso de Recebimento -AR ou do comprovante de entrega da decisão e do relatório ou, encontrando-se em lugar incerto, da data da publicação da intimação;

II - mediante justificativa escrita, protocolada e juntada ao processo, o prazo poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, pelo coordenador da câmara especializada, a ser comunicado à(s) parte(s) por meio de ofício com Aviso de Recebimento - AR, pelo Departamento de Apoio ao Colegiado - DAC, conforme **Modelo nº 7** desta Instrução, ou outro meio legalmente admitido.

Art. 20. Findo o prazo na situação prevista no inciso I do artigo 18, com ou sem a manifestação das partes, o processo seguirá para análise e julgamento em primeira instância pela Câmara.

Parágrafo único. O relator do processo na Câmara Especializada não poderá ter participado de sua fase de instrução como membro da Comissão de Ética Profissional.

Art. 21. As partes ausentes do julgamento deverão ser intimadas da decisão, pelo Departamento de Apoio ao Colegiado - DAC, por meio de correspondência com Aviso de Recebimento - AR, ou por servidor do Conselho, ou ainda por outro meio legalmente admitido, conforme **Modelo nº 8** desta Instrução.

Parágrafo único. O comprovante do recebimento do ofício - Aviso de Recebimento -AR ou recibo devidamente assinado deve ser anexado ao processo, com registro da data de sua juntada, por servidor devidamente identificado.

Art. 22. Estando as partes presentes no julgamento considerar-se-ão intimadas, desde logo, da decisão, devendo a Câmara Especializada dar conhecimento, por escrito, do início da contagem do prazo para recurso, juntando-se esta informação ao processo.

Art. 23. Não sendo encontradas as partes, o Departamento de Apoio ao Colegiado - DAC providenciará a minuta de intimação por edital, conforme **Modelo nº 9** desta Instrução, e a encaminhará juntamente com processo para a Secretaria Geral da Presidência, devidamente instruído para análise, inclusive para a definição da área de abrangência a ser coberta pela publicação.

Parágrafo único. Após a publicação o processo deverá ser devolvido ao Departamento de Apoio ao Colegiado - DAC contendo a informação sobre a data da efetiva publicação do edital.

Art. 24. Da intimação encaminhada às partes constará o prazo de 60 (sessenta dias), contados da data da juntada ao processo do aviso de recebimento ou do comprovante de entrega da intimação, ou da publicação do edital para, em face da decisão da Câmara Especializada, interpor recurso ao Plenário do Conselho, que terá efeito suspensivo.

I - Transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente à intimação, sem que o recurso tenha sido apresentado, será considerado o trânsito em julgado da decisão da Câmara, conforme **Modelo nº 10** desta Instrução, exceto quando presentes as situações dispostas no art. 25 da presente Instrução.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

II - Recebido o recurso, o Departamento de Apoio ao Colegiado – DAC providenciará o conhecimento à outra parte, por meio de ofício, que terá prazo de quinze dias para manifestação, conforme **Modelo nº 11** desta Instrução.

Parágrafo único. Findo este prazo, o processo deverá ser encaminhado ao Plenário para que o Presidente, ou quem ele delegar, designe Conselheiro relator que não poderá ter participado da fase de instrução do processo como membro da Comissão de Ética Profissional ou membro da Câmara Especializada que julgou o denunciado em primeira instância, nem ter sido autor da denúncia.

Art. 25. O processo cuja infração tenha sido cometida por profissional no exercício de emprego, função ou cargo eletivo no Crea, no Confea ou na Mútua será remetido para reexame do Plenário do Crea-SP, independentemente de recurso interposto por quaisquer das partes.

Art. 26. Após o julgamento do processo pelo Plenário do Conselho, o Departamento de Apoio ao Colegiado – DAC providenciará a intimação da Decisão às partes, se ausentes do julgamento, conforme **Modelo nº12** desta Instrução, por meio de correspondência, contendo cópias do relatório e decisão, com Aviso de Recebimento – AR, ou por servidor do Conselho ou, ainda, por outro meio legalmente admitido.

§1º O comprovante do recebimento do ofício, AR ou recibo devidamente assinado, deve ser anexado ao processo com registro da data de sua juntada, por servidor devidamente identificado.

§2º Não sendo encontradas as partes, o Departamento de Apoio ao Colegiado – DAC providenciará a minuta de intimação por edital, conforme **Modelo nº 13** desta Instrução, e a encaminhará juntamente com o processo para a Secretaria Geral da Presidência, devidamente instruído para análise, inclusive para a definição da área de abrangência a ser coberta pela publicação.

§3º Após a publicação o processo deverá ser devolvido ao Departamento de Apoio ao Colegiado – DAC contendo a informação sobre a data da efetiva publicação do edital.

§4º Da intimação encaminhada às partes constará o prazo de sessenta dias, contados da data da juntada ao processo do aviso de recebimento ou do comprovante de entrega da intimação, ou da publicação do edital, para a apresentação de recurso ao Plenário do Confea, que terá efeito suspensivo.

§5º Na ausência de recurso ao Confea, será considerado o trânsito em julgado da decisão do Plenário do Crea-SP, conforme **Modelo nº 10** desta Instrução, exceto nas situações dispostas no art. 27 da presente Instrução.

§6º Se apresentado o recurso ao Confea, o teor do mesmo será dado a conhecer à outra parte, por meio de ofício, conforme **Modelo nº14** desta Instrução, que terá prazo de (15) quinze dias para manifestação.

§7º Findo este prazo, o Departamento de Apoio ao Colegiado – DAC providenciará o encaminhamento do recurso ao Confea, conforme **Modelo nº15** desta Instrução.

Art. 27. O processo, cuja infração tenha sido cometida por profissional no exercício de emprego, função ou cargo eletivo no Crea, no Confea ou na Mútua, será remetido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

para reexame do Plenário do Confea, independentemente de recurso interposto por quaisquer das partes.

Art. 28. Recebido o processo com o resultado do julgamento pelo Plenário do Confea, atender-se-á ao que segue:

I – julgada ocorrência de infração ao Código de Ética Profissional, deverá ser observado o item “DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES” desta Instrução;

II – julgado pelo arquivamento do processo, o Departamento de Apoio ao Colegiado – DAC dará conhecimento da decisão às partes, por meio de ofício com comprovante de recebimento - AR, ou por servidor do Conselho ou, ainda, por outro meio legalmente admitido.

Parágrafo único. O comprovante do recebimento do ofício, AR ou recibo devidamente assinado, deve ser anexado ao processo com registro da data de sua juntada, por servidor devidamente identificado.

Art. 29 Após o atendimento do disposto no art.28, salvo se houver outras determinações do Confea, o processo será encaminhado à Unidade de Atendimento de origem, para arquivamento.

DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 30. As penalidades serão aplicadas após o trânsito em julgado da decisão.

Parágrafo único. Entende-se como transitada em julgado a decisão que não mais está sujeita a recurso, seja porque a parte não recorreu no prazo legal, seja pelo esgotamento das fases recursais.

Art. 31. Quando se tratar da penalidade de Advertência Reservada, o Departamento de Apoio ao Colegiado – DAC verificará com a Câmara da modalidade do profissional, quanto ao agendamento para aplicação da penalidade, e convocará o profissional por meio de ofício, informando horário, data e local para comparecimento.

Parágrafo único. A Advertência Reservada será aplicada utilizando-se do **Modelo nº 16** desta Instrução.

Art. 32. Se o profissional não comparecer na data agendada para aplicação da Advertência Reservada, o termo poderá, a critério da Câmara, ser encaminhado juntamente com o processo para a Unidade de Atendimento, que providenciará seu envio ao profissional faltoso por meio de ofício com Aviso de Recebimento – AR, a ser juntado ao processo.

Art. 33. Aplicada a penalidade de advertência reservada pela Câmara Especializada, o processo será encaminhado à Unidade de Atendimento para providências, quanto à anotação confidencial nos assentamentos do profissional e seu arquivamento.

Parágrafo único. O mesmo procedimento constante do *caput* deste artigo se dará no caso de o Termo de Advertência haver sido enviado por ofício.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Art. 34. Quando se tratar da penalidade de Censura Pública, a Unidade de Atendimento do Crea-SP providenciará a minuta conforme **Modelo nº 17**, e a encaminhará juntamente com processo para a Secretaria Geral da Presidência, devidamente instruído para análise, inclusive para a definição da área de abrangência a ser coberta pela publicação.

Parágrafo único. Cópia do edital contendo a data da sua efetiva publicação deverá ser anexada ao processo pela Unidade responsável pela publicação sendo o processo encaminhado à Unidade de Atendimento de origem, para que esta proceda a fixação do edital em seus quadros de aviso.

Art. 35. O tempo de permanência do edital divulgando a pena de censura pública no quadro de avisos da Unidade de Atendimento do Crea-SP será fixado pela Câmara Especializada da modalidade do profissional o qual deverá constar da sua respectiva Decisão.

Art. 36. Aplicada a pena, o processo será restituído à Unidade de Atendimento, que a registrará nos assentamentos do profissional, dará conhecimento da penalidade ao Confea, bem como arquivará o processo.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. Na análise de processo, quando a Câmara Especializada entender pela existência de indícios de cometimento de falta ética, caberá à área técnica/administrativa, observar e providenciar o fiel cumprimento das disposições vigentes nesta Instrução, naquilo que for aplicável.

Parágrafo único. Sendo o processo recebido pela Câmara Especializada de modalidade diversa à do profissional envolvido deverá o mesmo ser encaminhado à Câmara Especializada da modalidade do profissional.

Art. 38. Os procedimentos relacionados ao processo deverão realizar-se em dias úteis durante o expediente do Crea-SP.

Art. 39. No caso da recusa pelas partes em receber quaisquer decisões referentes ao processo, ou houver obstrução ao seu recebimento, o processo terá prosseguimento, constando a recusa ou a obstrução nos autos.

Art. 40. Caberá um único pedido de reconsideração de decisão em processo ético-disciplinar dirigido à instância julgadora que proferiu a decisão transitada em julgado.

Art. 41. Quando julgada procedente a reconsideração, somente poderá ser aceita pela Unidade de Atendimento do Crea-SP, se instruída com cópia da decisão recorrida e provas documentais comprobatórias dos fatos arguidos.

Parágrafo único. A reconsideração, no interesse do profissional penalizado, poderá ser pedida por ele próprio ou por procurador, mediante apresentação de procuração com firma reconhecida, outorgando-lhe poderes específicos para apresentar pedido de reconsideração, ou ainda, no caso de morte, pelo cônjuge, ascendente e descendente ou irmão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Art. 42. Salvo disposição expressa em contrário, os prazos começam a correr após a data da juntada no processo do Aviso de Recebimento - AR, do comprovante de entrega da intimação e, se encerram, impreterivelmente, no último dia do prazo.

§1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte, se o vencimento cair em dia em que não houver expediente no Conselho ou se este for encerrado antes do horário normal, devendo constar os motivos da prorrogação.

§2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo corrido.

Art. 43. Na aplicação desta Instrução, nos processos de Apuração de Falta Ética Disciplinar, deve ser observado, de modo complementar, o disposto no Regulamento para a Condução do Processo Ético-Disciplinar aprovado pela Resolução 1004/03, do Confea, bem como no Manual de Procedimentos para Condução de Processos de Ética Profissional, aprovado pela Decisão Normativa nº 94, de 31 de julho de 2012, do Confea.

Art. 44. Os Editais dos processos ético-disciplinares deverão ser divulgados em publicações do Crea ou em jornal de circulação na jurisdição, ou no Diário Oficial do Estado ou outro meio, economicamente aceitável, que amplie as possibilidades de conhecimento da sociedade.

Art. 45. Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Instrução nº 2527, do Crea-SP, e demais disposições em contrário.

São Paulo, 17 de setembro de 2013.

Eng. Francisco Kurimori
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 1 (art.2º)

OFÍCIO Nº <nnnn/aaaa>-<Sede ou Inspetoria>
<Local-UF>, <data por extenso>.

Sr(a).

<TÍTULO PROFISSIONAL E NOME COMPLETO>(*)

(*) Quando formalizada por pessoa física (denunciante) que não seja profissional do Sistema, não é necessário indicar o título profissional.

<ENDEREÇO COMPLETO>

<MUNICÍPIO - UF>

<CEP>

Referência: PROTOCOLO/PROCESSO DEP nº <nnnn/aaaa>

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao disposto no § 2º do art. 7º do Anexo da Resolução 1.004, de 17 de junho de 2003, do Confea, informamos que a denúncia protocolizada sob o nº <nnnn/aaaa> não pode ser recebida, por estarem ausentes os requisitos essenciais para dar continuidade aos trâmites processuais perante este Crea-UF.

Portanto, se de interesse, Vossa Senhoria poderá protocolar documentação/informação complementar, apresentando **no prazo de 10 (dez) dias** a contar da data do recebimento do Aviso de Recebimento os seguintes documentos:

1. < Discriminar os documentos faltantes>;
2. < Discriminar os documentos faltantes>;
3. < Discriminar os documentos faltantes>.

Atenciosamente,

(funcionário responsável)

(cargo)

(nº de registro funcional do Crea-SP)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 2 (art.12)

FOLHA DE ENCAMINHAMENTO PARA ARQUIVAMENTO DO PROCESSO

REFERE-SE AO ARTIGO: 8º da Resolução 1.004/03

PARA QUEM: Unidade de Atendimento do Crea (Arquivo Documental)

FOLHA DE ENCAMINHAMENTO

<input type="checkbox"/> MEMO	<input type="checkbox"/> PROCESSO DEP <nnnn/aaaa>	<input type="checkbox"/> PROTOCOLO	<input type="checkbox"/> OUTROS <descrever>	FL. Nº:
INTERESSADO: <nome>				RUBRICA: MATRÍCULA:

DATA	DESTINO	DESPACHO
<dd/mm/aa>	<UNIDADE>	<Vocativo>, Encaminhamos o processo em epígrafe, que trata de denúncia, para arquivamento, tendo em vista falta de indícios de infração ao Código de Ética Profissional, conforme Decisão nº <nnnn/aaaa> da Câmara Especializada de <Modalidade> - <SIGLA>. Atenciosamente, <Nome do remetente> <Cargo do remetente>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 3 (art.12)

OFÍCIO PARA AS PARTES DANDO CONHECIMENTO DO NÃO ACATAMENTO DA DENÚNCIA.

REFERE-SE AO ARTIGO: 8º da Resolução 1.004/03

PARA QUEM: Denunciante e Denunciado, quando a denúncia não for acatada pela câmara especializada e o processo for arquivado

OFÍCIO Nº <nnnn/aaaa-**SIGLA**>

<**Local-UF**>, <**data por extenso**>.

Sr(a).

<**TÍTULO PROFISSIONAL E NOME COMPLETO**>(*)

(*) Quando formalizada por pessoa física (denunciante) que não seja profissional do Sistema, não é necessário indicar o título profissional.

<**ENDEREÇO COMPLETO**>

<**MUNICÍPIO – UF**>

<**CEP**>

Referência: PROCESSO DEP nº <nnnn/aaaa>

Prezado(a) Senhor(a),

A Câmara Especializada de <**Modalidade**> - <**SIGLA**> deste Crea-<**UF**>, em sua Reunião nº <nnnn>, realizada em <**data por extenso**>, deliberou pelo **ARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA**, conforme cópia da decisão e inteiro teor da denúncia encaminhadas, anexas.

Assim sendo, Vossa Senhoria poderá apresentar recurso ao Plenário do Crea-<**UF**>, juntando os documentos e alegações que julgar pertinentes, no **prazo de 60 (sessenta) dias** contados da data do aviso de recebimento.

Atenciosamente,

(funcionário responsável)

(cargo)

(nº de registro funcional do Crea-SP)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 4 (art.13, inciso II)

Ofício nº _____

Processo: E - _____/_____

Assunto: Apuração de Falta Ética Disciplinar

São Paulo, _____

Ref. Denúncia Ética Disciplinar formulada em _____, por

Senhor (título do profissional),

Comunicamos que a denúncia em referência foi objeto de análise preliminar pela Câmara Especializada de _____ deste Conselho, que se manifestou pela instauração de processo de apuração de falta ética disciplinar, cópia anexa.

Para conhecimento, encaminhamos cópia da denúncia que originou o processo citado, conforme dispõe o artigo 8º do Anexo da Resolução nº 1.004, de 27 de junho de 2003, do Confea.

Esclarecemos que o processo será encaminhado para a análise da Comissão de Ética Profissional deste Regional, órgão competente para a instrução do mesmo.

Oportunamente, poderão ser solicitados a Vossa Senhoria, pela referida comissão, esclarecimentos sobre a questão.

Atenciosamente,

(funcionário responsável)

(cargo)

(nº de registro funcional do Crea-SP)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 5 (art.13, inciso IV)

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PROCESSO
ÉTICO-DISCIPLINAR**

Finalidade: **O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, nos termos do art. 34 da Lei 5.194/66 e art. 8º da Resolução CONFEA 1004/03, **notifica** o Eng.(título profissional) **X.X.X.** (iniciais), portador do CPF nº XXXX, RG XXX (quando conhecido), Registro CREASP nº XXXXX, que se encontra em local desconhecido, para que tome conhecimento: **1)** da Decisão nº XXX/XX pela transformação do Processo SF-XX/XX em Processo de Apuração de Falta Ética Profissional, por indícios infração ao disposto no Código de Ética Profissional conforme art. X inciso X, alíneas “x” e “y” do anexo da Res. 1002/02 do CONFEA, e **2)** que a referida decisão deu ensejo à abertura do processo E-XX/XX que se encontra em fase de instrução junto à Comissão Permanente de Ética Profissional, sendo-lhe concedido prazo de 10 dias contados da data desta publicação, para apresentar em qualquer unidade de atendimento deste Conselho, qualquer documento, rol de testemunhas, ou outro subsídio que julgue pertinente para sua defesa, bem como informação certa e precisa sobre o endereço para eventuais intimações ou outros esclarecimentos. São Paulo, XX de XX de 20XX . Eng. XXXX CREASP nº XXX, PRESIDENTE.

Assinatura do Presidente ou daquele a quem o Presidente delegar a competência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 6 – (art.18, inciso II)

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PROCESSO
ÉTICO-DISCIPLINAR
CREA-SP**

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP, nos termos do art. 28 do Regulamento para a Condução do Processo Ético-Disciplinar, aprovado pela Resolução - Confea n.º 1.004, de 27 de junho de 2003, pelo presente, notifica o Eng. (título profissional), **X.X.X.** (*iniciais*), CPF n.ºXXXXX, RG n.º XXXX (*quando conhecido*) e CREASP n.º XXXXXXXXXXXX, que se encontra em lugar incerto e não sabido, que a Câmara Especializada de XXXX, através da Decisão n.º xxx/xx, (*aprovou / não aprovou*) o relatório conclusivo da Comissão de Ética Profissional no processo E -XXX/XXX, pelo (*arquivamento ou/ pelo enquadramento no art.XX, Inciso XX, Alínea xx do Código de Ética aprovado pela Resolução Confea n.º 1002/02*), sendo-lhe concedido, o prazo de 10 (dez) dias contados desta publicação, para manifestar-se sobre o relatório, bem como prestar informação certa e precisa sobre o endereço para intimações e outros esclarecimentos. São Paulo, XX de XX de 20XX. Eng. XXXX CREASP n.º XXX Coordenador da Câmara de XXXX (*ou o Presidente ou daquele a quem o Presidente delegar a competência*)

Assinatura do Coordenador da Câmara, Presidente ou daquele a quem o Presidente delegar competência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 7 – (art.19, inciso II)

OFÍCIO Nº <nnnn/aaaa-SIGLA>

<Local-UF>, <data por extenso>.

Sr(a).

<TÍTULO PROFISSIONAL E NOME COMPLETO>(*)

(*) Quando formalizada por pessoa física (denunciante) que não seja profissional do Sistema, não é necessário indicar o título profissional.

<ENDEREÇO COMPLETO>

<MUNICÍPIO-UF>

<CEP>

Referência: PROCESSO DEP nº <nnnn/aaaa>

Prezado(a) Senhor(a),

Em consideração ao requerimento de prorrogação de prazo, apresentado sob o nº <nnnn>, em nome de **<NOME DO DENUNCIADO ou NOME DO DENUNCIANTE>**, informamos que a solicitação foi deferida, sendo-lhe concedidos 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento deste ofício, para apresentação de manifestação sobre o teor do relatório conclusivo da Comissão de Ética Profissional, consoante com o disposto no §2º do art. 30, do Anexo da Resolução nº 1.004, de 17 de junho de 2003 do Confea.

Nome
Nº de Registro no Crea-SP
Cargo - Setor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 8 – (art.21)

OFÍCIO Nº <nnnn/aaaa-SIGLA>

<Local-UF>, <data por extenso>.

Sr(a).

<TÍTULO PROFISSIONAL E NOME COMPLETO>(*)

(*) Quando formalizada por pessoa física (denunciante) que não seja profissional do Sistema, não é necessário indicar o título profissional.

<ENDEREÇO COMPLETO>

<MUNICÍPIO-UF>

<CEP>

Referência: PROCESSO DEP nº <nnnn/aaaa>

Prezado(a) Senhor(a),

A Câmara Especializada de <Modalidade> - <SIGLA> deste Crea-<UF>, em sua Reunião nº <nnnn>, realizada em <dd/mm/aaaa>, decidiu pelo **<ENQUADRAMENTO NO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL ou ARQUIVAMENTO DO PROCESSO>**, conforme cópia anexa da decisão.

Assim sendo, vossa senhoria poderá apresentar recurso ao Plenário do Crea-<UF>, juntando os documentos e as alegações que julgar pertinentes, **no prazo de 60 (sessenta) dias** contados a partir da data do recebimento deste comprovada pelo A.R.

Atenciosamente,

<Título e Nome>

Coordenador da Câmara Especializada de <Modalidade> - <SIGLA>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 9 – (art.23)

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PROCESSO
ÉTICO-DISCIPLINAR
CREA-SP**

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP, com fulcro nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 35 do Regulamento para a Condução do Processo Ético-Disciplinar, aprovado pela Resolução - Confea n.º 1.004, de 27 de junho de 2003, pelo presente, notifica o Eng. (*título*), **X.X.X.** (*iniciais*), CPF n.ºXXXXX, RG n.º XXXX (*quando conhecido*) e CREASP n.º XXXXXXXXXXXX, que se encontra em lugar incerto e não sabido, que a Câmara Especializada de XXXXX, nos autos do processo E – XXX/XX (*inserir número e ano do processo*), decidiu pela aplicação da pena de XXXX (*Advertência Reservada /ou Censura Pública*), por infração aos artigos XXXXXX da supracitada resolução, sendo-lhe concedido o prazo de 60 (sessenta) dias, contados desta publicação, para, caso queira, interpor Recurso ao Plenário do CREA-SP. Para conhecimento de todos é passado o presente edital. São Paulo, XX de XX de 20XX. Eng. XXXX CREASP n.º XXX, Coordenador da Câmara de XXXX (*Presidente ou daquele a quem o Presidente delegar a competência*)

Assinatura do Coordenador da Câmara, Presidente ou daquele a quem o Presidente delegar a competência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 10– (art.24, inciso I e art. 26, §5º)

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

CERTIFICO que em <data por extenso> **expirou o prazo legal para interposição de recurso** no Processo Administrativo Ético Disciplinar nº <nnnn/aaaa>, em que é representado o profissional <Nome>, tendo em consequência transitado em julgado com a decisão proferida nestes autos pelo(a) <CÂMARA ESPECIALIZADA DE <MODALIDADE> ou PLENÁRIO DO CREA-<UF> ou PLENÁRIO DO CONFEA>.

É o que me cumpre certificar.
E, para constar, foi lavrado o presente termo.

<Local-UF>, <data por extenso>.

Nome
Nº de Registro no Crea-SP
Cargo - Setor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 11 – (art.24, inciso II)

OFÍCIO Nº <nnnn/aaaa-SIGLA>

<Local-UF>, <data por extenso>.

Sr(a).

<TÍTULO PROFISSIONAL E NOME COMPLETO>(*)

(*) Quando formalizada por pessoa física (denunciante) que não seja profissional do Sistema, não é necessário indicar o título profissional.

<ENDEREÇO COMPLETO>

<MUNICÍPIO-UF>

<CEP>

Referência: PROCESSO DEP nº <nnnn/aaaa>

Prezado(a) Senhor(a),

Reportando-nos à denúncia apresentada sob o nº <nnnn>, em trâmite no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de <Estado> - Crea-<UF> encaminhamos cópia do recurso apresentado pelo **<NOME DO DENUNCIADO ou NOME DO DENUNCIANTE>** para conhecimento e, caso queira, apresentar manifestação ao Plenário deste Crea consoante o disposto no parágrafo único do art. 37 do Anexo da Resolução nº 1.004, de 17 de junho de 2003 do Confea, no **prazo de 15 (quinze) dias** contados a partir da data do aviso de recebimento.

Atenciosamente,

<Título e Nome>

Nome
Nº de Registro no Crea-SP
Cargo - Setor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 12 – (art.26)

OFÍCIO PARA CONHECIMENTO DA DECISÃO DO PLENÁRIO DO CREA E INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO CONFEA.

REFERE-SE AO ARTIGO: 43 e 44 da Resolução 1.004/03

PARA QUEM: Denunciante e Denunciado.

OFÍCIO Nº <nnnn/aaaa-SIGLA>

<Local-UF>, <data por extenso>.

Sr(a).

<TÍTULO PROFISSIONAL E NOME COMPLETO>(*)

(*) Quando formalizada por pessoa física (denunciante) que não seja profissional do Sistema, não é necessário indicar o título profissional.

<ENDEREÇO COMPLETO>

<MUNICÍPIO-UF>

<CEP>

Referência: PROCESSO DEP nº <nnnn/aaaa>

Prezado(a) Senhor(a),

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – Crea-SP, em sua Sessão Plenária nº <nnnn/aaaa>, realizada em <dd/mm/aaaa>, mediante a Decisão PL/SP nº <nnnn/aaaa>, decidiu pelo **<ENQUADRAMENTO NO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL ou ARQUIVAMENTO DO PROCESSO>**, conforme cópia da decisão anexa.

Assim sendo, Vossa Senhoria poderá apresentar recurso ao Plenário do Confea, juntando documentos e alegações que julgar pertinentes, **no prazo de 60 (sessenta) dias** contados a partir da data do recebimento deste ofício, comprovada pelo Aviso de Recebimento.

Atenciosamente,

Nome
Nº de Registro no Crea-SP
Cargo - Setor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 13 – (art.26, §2º)

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PROCESSO
ÉTICO-DISCIPLINAR
CREA-SP**

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP, com fulcro nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 43 do Regulamento para a Condução do Processo Ético-Disciplinar, aprovado pela Resolução - Confea n.º 1.004, de 27 de junho de 2003, pelo presente, notifica o profissional, **X.X.X.** (*iniciais*), CPF n.º XXXXX, RG n.º XXXXX (*quando conhecido*) e CREASP n.º XXXXXXXXXXXX, que se encontra em lugar incerto e não sabido, que o Plenário do CREA-SP, nos autos do processo E – XXX/XX (*inserir número e ano do processo*), decidiu pela aplicação da pena de XXXX (*Advertência Reservada /ou Censura Pública*), por infração aos artigos XXXXXX da supracitada resolução, sendo-lhe concedido, **o prazo de 60 (sessenta) dias** contados desta publicação, para, caso queira, interpor Recurso ao Plenário do Confea. Para conhecimento de todos é passado o presente edital. São Paulo, XX de XX de 20XX. Eng. XXXX CREASP n.º XXX Presidente (*ou daquele a quem o Presidente delegar a competência*).

Assinatura do Presidente ou daquele a quem o Presidente delegar a competência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 14 – (art.26, §6º)

OFÍCIO PARA MANIFESTAÇÃO DA PARTE ADVERSA SOBRE O RECURSO INTERPOSTO

REFERE-SE AO ARTIGO: Parágrafo único do art. 44 da Resolução 1.004/03

PARA QUEM: Denunciante ou Denunciado, aquele que não interpôs o recurso

OFÍCIO N.º <nnnn/aaaa-SIGLA>

<Local-UF>, <data por extenso>.

Sr(a).

<**TÍTULO PROFISSIONAL E NOME COMPLETO**>(*)

(*) Quando formalizada por pessoa física (denunciante) que não seja profissional do Sistema, não é necessário indicar o título profissional.

<**ENDEREÇO COMPLETO**>

<**MUNICÍPIO-UF**>

<**CEP**>

Referência: PROCESSO DEP nº <nnnn/aaaa>

Prezado(a) Senhor(a),

Reportando-nos à denúncia apresentada no processo <nnnn/aaaa>, em trâmite perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - Crea-SP, encaminhamos cópia do recurso apresentado pelo <**DENUNCIADO** ou **DENUNCIANTE**> para conhecimento e, caso queira, apresentar manifestação ao Plenário do Confea consoante o disposto no parágrafo único do art. 44, do Anexo da Resolução nº 1.004, de 17 de junho de 2003 do Confea, **no prazo de 15 (quinze) dias** contados a partir da data do aviso de recebimento.

Atenciosamente,

Nome
Nº de Registro no Crea-SP
Cargo - Setor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 15 – (art.26, §7º)

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DO PROCESSO AO CONFEA PARA JULGAMENTO DO RECURSO

REFERE-SE AO ARTIGO: 45 da Resolução 1.004/03

PARA QUEM: Confea

OFÍCIO N.º <nnnn/aaaa-SIGLA>

<Local-UF>, <data por extenso>.

Sr(a).

<**TÍTULO PROFISSIONAL E NOME COMPLETO**>

PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

<**ENDEREÇO COMPLETO DO CONFEA**>

<**MUNICÍPIO-UF**>

<**CEP**>

Referência: PROCESSO nº <nnnn/aaaa>

Prezado(a) Senhor(a),

Encaminhamos o processo E- <nnnn/aaaa>, que trata de infração ao Código de Ética Profissional, acompanhado do recurso apresentado pelo <**DENUNCIADO ou DENUNCIANTE**>, para análise e julgamento em terceira instância.

Atenciosamente,

Nome
Nº de Registro no Crea-SP
Cargo - Setor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 16 (art.31, parágrafo único)

ADVERTÊNCIA RESERVADA

A Câmara Especializada de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX do Crea-SP, cumprindo o que estabelece a legislação em vigor, aplica, neste ato sigiloso, a pena de **ADVERTÊNCIA RESERVADA**, prevista no artigo 72 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, em função do encerramento do processo administrativo E – XX / XXXX, neste Conselho, com a execução da pena, ao profissional:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CREA-SP nº XXXXXXXXX

por infração ao(s) artigo(s) XXX do Código de Ética Profissional da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia adotado pela Resolução nº 1.002, do Confea, de 26 de novembro de 2002, a seguir transcritos:

XX
XX
XX
XX
X

XX
XX
XX
XX
XX
XX
XXXXXX

XX
XX
XX
XX
XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Destacamos que todos os recursos de defesa foram facultados ao infrator de acordo com o disposto no artigo 54 e parágrafo único do artigo 58, ambos do Regulamento para a Condução do Processo Ético Disciplinar, constantes do anexo da Resolução 1.004, do Confea, de 27 de junho de 2003.

Informamos que esta penalidade será anotada nos assentamentos do profissional e terá caráter confidencial, em conformidade com o parágrafo primeiro do art. 52 do anexo da Resolução 1.004, do Confea, de 27 de junho de 2003.

.....Continua 1/2.....

.....continuação ADVERTÊNCIA RESERVADA XXXXX (nome do profissional).....



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Nada mais a observar.

São Paulo, XX de XXXXXXXX de 20__

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CREA-SP nº XXXXXXXXXXXXXXXX
Coordenador da Câmara Especializada de XXXXXXXXXXXXXXXX

Ciente.
São Paulo, de de

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CREA-SP nº XXXXXXXXXXXXXXXX

(obs. Deve-se rubricar a 1ª página e assinar a 2ª página)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Modelo nº 17 (art.34)

CENSURA PÚBLICA
CREA-SP

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, torna público que a Câmara Especializada de _____, consoante os autos do Processo E - _____, resolveu aplicar a pena disciplinar de CENSURA PÚBLICA ao (título profissional e nome) _____ – Crea-SP (nº de registro ou visto) _____, por cometimento de falta grave, ao infringir o disposto nos artigos _____ (transcrição dos artigos e alíneas), do Código de Ética Profissional da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, adotado pela Resolução nº 1.002, de 26 de novembro de 2002, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea. São Paulo, XX de XX de 20XX. Eng. XXXX CREASP nº XXX Presidente (*Presidente ou daquele a quem o Presidente delegar a competência*)

Assinatura do *Presidente ou quem o Presidente delegar a competência*